

SAYMON BARBOSA DE SOUZA

**A DECLARAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL ACERCA DA VÃ
LEVIANDADE E DA ESSÊNCIA DA BRASILIDADE: ANÁLISE SOBRE O
REAL ESPÍRITO DAS LEIS**

Guarulhos
2018

1. INTRODUÇÃO

“A grandeza do homem consiste em que ele é uma ponte e não um fim; o que nos pode agradar no homem é ele ser transição e queda”.

Friedrich Nietzsche

A recente e a mais grave recessão econômica iniciada em 2015 desde a década de 1990 assombra novamente o Estado Brasileiro. Segundo o Portal Brasil e o jornal O Globo, com informações do ano de 2017 do Banco Central confirmaram os altos índices de inflação- IPCA na casa dos 4%, juros Selic 7% ao ano, desemprego na faixa dos 14% e a baixa produtividade em todos os setores da economia, acarretando o valor do PIB em 1%. Um valor muito baixo em comparação com os dados publicados pelo Banco Mundial em 2011 quando a nação estava no ranking das 7º maior potência global com um PIB equivalente a 18%.

Todos os maus resultados mencionados acima são causas das consecutivas más administrações do poder público, sempre falho e mais uma vez “vendido” a infame corrupção, afastando o Brasil e suas leis claras e autoevidentes da verdadeira essência de um país democrático, que esqueceu sua história quando o período sombrio da ditadura militar o limitou de sua brasilidade genuína. Assim sendo, insere-se uma cultura sem brilho, uma tradição sem raiz e uma concepção totalmente intolerante e retrógrada em todos os aspectos no campo político, social e econômico que compõe uma nação soberana.

Ao longo da nossa história, líderes como o marcante Getúlio Vargas trouxe seu legado de fazer do Brasil, um país industrializado fundando a maior empresa petrolífera nacional conhecida como a Petrobrás. Mais adiante, Juscelino Kubitschek inseriu um Plano de Metas conhecido como: *“Cinquenta anos em cinco”*. Um projeto de 31 metas distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e o objetivo principal: a construção de Brasília onde se localiza o monopólio “democrático legislativo” de discussões e “acordos”. Outro exemplo é a cidade de São Paulo que temos como referência a famosa Avenida Paulista, e também o prédio da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) um ponto de referência de transações financeira.

Porém, mesmo com todo esse “avanço” e a perda constante de sua brasilidade, o Brasil perde mais uma vez no século XXI aquilo que prefiro denominar de Estado Político, pois entregamos tudo o que possuímos pelo fato de a educação não acompanhar o progresso brasileiro, pois é ela que possibilita que se alcance melhores níveis de desenvolvimento geral, inclusive na economia. Além do mais, uma população altruísta reconhece e conserva a real democracia na qual deveríamos conviver. Líderes corrompidos fazem com que toda máquina pública e conseqüentemente o povo sejam estraçalhados e ineficientes. Desse modo, estamos sujeitos a permanecer na servidão daqueles que detém o poder porque poucos homens que assumiram o posto executivo, legislativo ou até mesmo judiciário sabem diferenciar a vontade geral da vontade individual.

Mas, porque estou dizendo tudo isso? Casualmente essa maneira de pensar faz parte da economia? Não obstante, percebemos que economia não é apenas dinheiro em si, mas parte de um todo no corpo soberano de uma nação, ou seja, a economia está inserida numa política sociocultural, histórica e estrutural. É ela que determina os rumos sociais, costumes tradicionais, matemáticos, geográficos e filosóficos. Em síntese: ela é tudo dentro de um todo.

Por fim, ao longo de anos de observação e estudo é hora de reformas inovadoras, arriscar em propostas competentes que tenham em mente a vontade geral de uma nação que clama por liberdade, por um país em desenvolvimento, uma nação de olhos para a sustentabilidade e ações efetivas para um progresso que inclua os estudantes -cidadãos em constante formação. Um Brasil que viveu um passado árduo, vivenciando um presente incerto e possa talvez viver um futuro projetado e consciente.

2. CORTANDO O MAL PELA RAIZ- REFORMA POLÍTICA, TRIBUTÁRIA E FISCAL

“Poucas são as leis que não sejam boas quando o Estado perdeu seus princípios”.

Montesquieu

Todo cidadão brasileiro que vive nos quatro cantos dessas terras está ciente que o Brasil é um dos países que mais “esbanja” dinheiro, em outras palavras, gastos desnecessários e até mesmo salários excessivos; claramente são pontos econômicos que exigem reformas abrangentes, intensivas e compromissórias. Enquanto um deputado

federal ganha por volta R\$ 33.763,00 mil por mês (Decreto Legislativo nº 276/2014),¹ sem levar em conta os benefícios extras como auxílio alimentação e moradia gerando gastos anuais que ultrapassam R\$ 10,2 bilhões aos cofres públicos federais, famílias de baixa renda recebem ou quase não tem por direito um salário mínimo digno que atualmente não ultrapassa a casa dos R\$1.000,00 e raramente supre as necessidades básicas que são: alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social do trabalhador e sua família garantidas na Constituição do Brasil de 1988 no Art. 7, inciso IV vigentes até os dias atuais.

Também vemos todos os dias nos meios de comunicação deputados expressando suas ideias e assim deparamos com o número abusivo de representantes totalizando 513 parlamentares de acordo com o Portal da Câmara dos Deputados. Além do mais, um valor absurdo de 36 partidos políticos que segundo Antonio José Barbosa, professor de História Política da UnB (Universidade de Brasília): *“nunca² houve número tão elevado de partidos políticos na história do país. No Império, havia o Partido Liberal e o Conservador. Na República Velha, nós praticamente não tínhamos partidos nacionais, eram regionais. Depois de 1939, quando o Brasil começa a viver uma democracia, com a queda da ditadura de Vargas, nós tivemos a montagem de um sistema multipartidário. Mas os partidos foram extintos em 1965. Eram 13 e já se achava uma quantidade muito expressiva”*, explica. No entanto, segundo Barbosa, nada se compara à situação gerada pela Constituição de 1988. *“Foi oferecida uma liberdade muito grande”*, disse.

Para o professor, esse número excessivo é prejudicial à democracia. *“Esses partidos acabam não tendo densidade doutrinária alguma. Os próprios parlamentares não conhecem o programa do partido. Embora existam partidos pequenos, a grande maioria entra para ganhar dinheiro, obter fundo partidário, negociar tempo de televisão. Isso apenas fragiliza a democracia brasileira”*, avalia. E tudo custeado pelo Estado Brasileiro e descontado na população em geral. Por outro lado, se a política e as suas ações efetivas fossem realmente exercidas com perfeita moralidade, juntamente com a ética e a responsabilidade diante de uma visão da vontade geral e do bem comum, certamente o país estaria em um rumo ao progresso e uma quantidade de representantes

¹ Art. 1º O subsídio mensal dos membros do Congresso Nacional, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal, é fixado em R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais).

² Excesso-de-partidos-e-prejudicial-democracia-dizem-especialistas/ entrevista no G1.com

reduzida a um número moderado que tem o desejo de servir o Brasil e ao povo verdadeiramente.

De acordo com o livro- O Segredo dos Ricos- escrito pelo renomado Thomas Piketty: “*é bastante comum os brasileiros depararem com a informação de que a carga tributária é elevada e o sistema tributário é injusto*”, pois é evidente o que vemos no cotidiano e na mídia que todo dinheiro está entregue a corrupção e a vontade individual dos líderes representantes, fazendo da máquina pública um meio improdutivo e inexorável no dia-a-dia da população brasileira elevando custos de bens de consumo tanto duráveis (automobilísticos e eletrodomésticos) quantos os não duráveis (alimentícios e têxteis) alavancando graves consequências nas questões da desigualdade e a extrema pobreza que uma vez livre da nação, novamente assola a casa dos brasileiros. Portanto, a importância de encontrar meios de reduzir os tributos altos são consequências favoráveis para o crescimento junto com uma rigorosa fiscalização do dinheiro público evitando desvios e desapontamento da população.

Outro ponto é o ajuste fiscal em que a irresponsabilidade com o controle de gastos ainda faz parte de muita concepção de alguns políticos para fazer do Brasil um país próspero e confiante em que possa ser investido em uma nação de olhos no progresso prescrito em sua bandeira, porém, dizia Bill Clinton quando assumiu a White House no período de 1993- 2011 que toda boa e velha economia se baseia em “*Arrecadar mais e gastar menos*”. Assim, O Estado deve, acima de tudo, cumprir com a responsabilidade fiscal e conservar a economia investindo gradualmente através do lucro obtido com os tributos arrecadados em diversos setores públicos. Em 2016, o teto de gastos públicos conhecido como Proposta de Emenda Constitucional 241/ 55 (PEC) foi aprovada pelo Congresso tendo como objetivo síntese: gerenciar e controlar os gastos públicos do poder executivo que mais uma vez por suas ações nulas e catastróficas fizeram com que o Brasil diminuísse economicamente perdendo suas notas de crédito das Agências de Investimentos e Riscos que tanto lutou para conquistar no mercado internacional e conseqüentemente atrair investidores e capital especulativo como um país que foi considerado “Bom pagador”.

Contudo, o corpo político não é composto de apenas representantes legislativos e executivos, mas de um Estado Brasileiro; com a união democrática aberta ao povo, com um debate gerenciado pela mídia ou também a formação de um conselho fiscal que

tragam um equilíbrio para essa política instável no Brasil. Além do mais, a redução de salários e número de representantes políticos também é de suma importância, pois diminui os gastos públicos com a política principalmente com o corpo legislativo. A utilização dos foros online pode contribuir para a inovação de leis falhas e ações efetivas com o uso dessa rede imaterial ampla e globalizada traz para toda nação o verdadeiro compromisso público e o novo renascer da vontade geral uma vez esquecida e selada pelo ego individual acarretando suscetíveis crises econômicas e políticas. Quem sabe, o país acorde para a ação do bem comum para com todos e assim voltaremos ao trilho do crescimento em todas as esferas da sociedade.

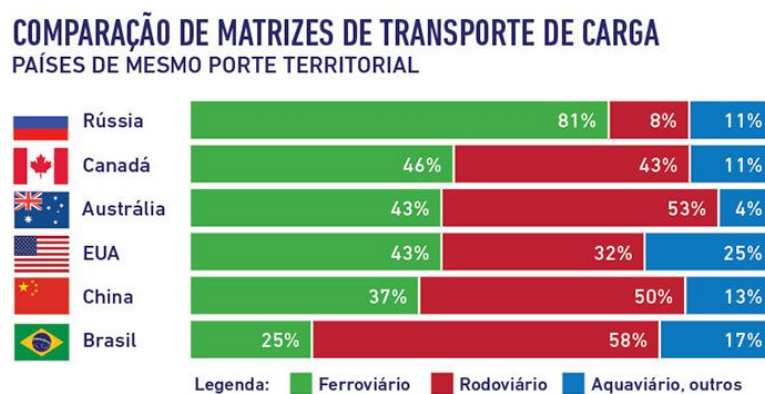
Por fim, já afirmava um economista grego Yanis Varoufakis em sua obra – Conversando sobre economia com minha filha: *“A dívida é necessária para todas as sociedades, é uma coisa tão necessária como desagradável”*. Porém há métodos para a consciência sábia administrativa, sendo que gastando menos ou reformando os campos políticos, fiscais e tributários será para garantir o amanhã de cada brasileiro que sonha viver uma economia estável e serena. Sabemos que um equilíbrio exato e durável a longo prazo independente de uma nação forte ou fraca, rica ou pobre não é simples. Como dizia Minsky- um economista americano: *“Uma economia com longos períodos de estabilidades carregam consigo a semente da instabilidade”* e assim gera uma bolha para um mercado improdutivo e parado, pois ele sempre deve perpetuamente ser dinâmico.

3. POR TERRA E POR MAR- INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Provavelmente algum brasileiro já deve ter ouvido essa frase mencionada acima em algum lugar. E a explicação para que ela seja tão disseminada é simples: O transporte rodoviário é o principal meio utilizado no Brasil para o transporte de cargas e o deslocamento de pessoas. Porém, essa política de Estado teve origem com o ex-presidente Washington Luís, que discursou ainda como governador de São Paulo em 1920 a célebre frase: *“Governar é povoar; mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, fazer estradas”!* Enquanto governador de São Paulo, Washington Luís projetou e modernizou estradas no interior do estado e em direção ao Porto de Santos.

Como foi mencionado na Introdução, durante a presidência de Juscelino Kubitschek, ao final da década de 1950, o rodoviarismo foi implementado de maneira contundente. A estratégia do “*presidente bossa-nova*” pode ser analisada em dois aspectos distintos. Primeiramente, a intenção de Kubitschek foi integrar o Brasil, principalmente com a transferência da capital para Brasília, no coração do território brasileiro. Logo após a inauguração de Brasília foram construídas as rodovias no intuito de estabelecer relações comerciais e proporcionar o povoamento em áreas mais afastadas do Centro-Oeste e da região Norte.

O outro aspecto da opção incentivada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek foi o caráter político-econômico. Ampliar a malha rodoviária poderia atrair empresas internacionais do ramo automobilístico. De acordo com a Teoria dos Pólos Econômicos elaborada pelo economista e professor francês, François Perroux, a participação de um tipo de indústria como a de automóveis permite efeitos de escala ou de arraste, por atrair empresas correlatas ao ramo central; no caso dos automóveis, empresas de autopeças, componentes elétricos, lubrificantes etc. Em nome dessa estratégia de atração de capitais e geração de empregos; as ferrovias, que tiveram maior importância durante o período do ciclo do café, foram sucateadas e desprezadas em favor do rodoviarismo.



Fonte: Plano Nacional de Logística e Transportes do Ministério dos Transportes (2014).

A imagem acima publicada pelo Ministério dos Transportes em 2014 expõe explicitamente o grau de desequilíbrio entre a intermodalidade dos meios de transporte fortalecendo críticas sobre a situação nacional denominando o que chamamos de gargalo econômico (gastos públicos desnecessários por falta de investimentos e agilidade) e conseqüentemente prejuízos no escoamento da produção (demora), preço final das mercadorias (encarecimento) e a competitividade da economia nacional. Vale

lembrar que no livro escrito por Laurentino Gomes- 1808, explica que desde os tempo coloniais, o Brasil sempre foi dependente das suas exportações de bens e serviços e nada mais. Sem ao menos trazer incentivos no ramo da manufatura (industrialização) e dos semimanufaturados (produtos que sofreram algum tipo de modificação beneficiando a matéria prima que não chegou ao estágio final como o ferro e o aço), isto é, a falta de tecnologia para a evolução constante da nossa brasilidade prejudica abusivamente nossa economia com a alta concorrência internacional em constante crescimento.

Um país que apresenta um grau elevadíssimo de investimentos e privilégios ao rodoviarismo que é claramente um meio de transporte mais caro, utilizado para cargas mais leves e distâncias curtas pode prevenir as constantes manutenções das estradas (despesas públicas), acidentes gravíssimos e precaver os longos quilômetros de lotação nas estradas entre automóveis pequenos e veículos de cargas enormes. O benefício com menos veículos pesados favorece o meio ambiente (menos poluentes na atmosfera) e, também, melhora a agilidade dos transportes públicos.

O maior porto do Brasil está localizado em São Paulo na cidade de Santos, um porto marítimo de referência para o país, porém a falta de intermodalidade (diversificar os meios de transportes) vem prejudicando a eficácia e a rapidez do escoamento dos produtos levando dias, semanas e até meses para a distribuição desses produtos aos caminhões que ocupam uma grande parte do porto. Outro ponto inadmissível é o sobrecarregamento do porto levando navios de cargas a fazer agendamento antes da partida de seu porto-origem, pois há tantos navios parados aguardando o desembarque de suas mercadorias que é impossível a locomoção de sua navegação. A demora é tanto e repudiante que possivelmente faz com que o porto nunca supere um grau elevado de lucro, trabalhar apenas para pagar suas dívidas. Leve em conta, o exemplo norte americano que traz um equilíbrio da malha intermodal dos meios de transportes entre o aquaviário, ferroviário e rodoviário.

Outro motivo da má gestão governamental e sem continuidade das políticas públicas, ou seja, *“A cada novo governo, tudo muda, nada é fixo”*. Isso traz ao porto despesas explosivas juntamente aos cofres públicos, mais uma vez pagos pelo povo brasileiro, e também alavanca a instabilidade de confiança acarretando um porto estamental sem a devida dinâmica e eficiência por conta da enorme burocracia com

poucos funcionários e excessivas cargas segurando o produto por semanas até a devida fiscalização dos diversos ministérios como a da Agência Sanitária, Agricultura, Fazenda, etc.

Assim, a intermodalidade como exemplo: Navios-ferrovias-rodovias deve ser prioridade no governo principalmente investimentos em ferrovias, já que na época da ditadura militar os trilhos foram permanentemente esquecidos e muitos investimentos em rodovias a cada instante. Vale lembrar outro aspecto que no Brasil império, sob o governo do Imperador Dom Pedro II, aberto para todo tipo de inovação trouxe o progresso constante a nação sendo o Brasil considerado um dos países mais abertos à tecnologia no globo: os primeiros a adquirir as linhas ferroviárias; as telecomunicações como o telégrafo e demais meios inovadores na época. Mas o retrocesso abusivo e repressor da ditadura direcionou a perda da nossa cultura, a real brasilidade e consequentemente a dinâmica e a eficácia do brasileiro intimidado.

Por fim, atrair investimentos e priorizar as ferrovias é um dos meios de trazer o equilíbrio da intermodalidade nacional; a criação de um conselho menos mutável na administração do porto; e as contratações de funcionários de acordo com a capacidade da demanda e oferta; tudo gera consequências favoráveis no barateamento dos custos do produto final, com a devida agilidade nos processos de escoamento e distribuição; contribuindo tanto para população quanto para as empresas públicas e privadas.

4. MÁQUINAS ENFEITIÇADAS- MECANISMO DOS TRÊS PODERES

4.1. Executivo

A burocracia é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico e para a expansão dos negócios no Brasil, implicando em perdas para os cidadãos e empresários, na medida em que os custos, manifestados nos excessivos processos de controles e exigências, reduzem os benefícios dos bens e serviços oferecidos. Os efeitos da elevada burocracia ocorrem em toda a economia, impactando tanto a eficiência do setor privado como a qualidade das instituições públicas.

No índice divulgado pelo Banco Mundial que mede a facilidade em se fazer negócios, o Brasil ocupa a 129ª posição entre 183 países (2010); Os indicadores de governança (medem, em geral, a qualidade das instituições e do ambiente de negócios),

são indiretamente relacionados com a burocracia do país. No Brasil, a elevada burocracia pressiona negativamente a efetividade do governo, o controle da corrupção e a qualidade da estrutura regulatória, prejudicando o desenvolvimento do mercado privado. Países com maiores níveis de burocracia tendem a apresentar menor atratividade dos investimentos produtivos, PIB per capita, nível de escolaridade e maior tamanho da economia informal, prejudicando a competitividade do país.



4.2. Judiciário

É comum observar os simples prédios públicos como fóruns de 1ª instância do poder judiciário e se deparar com diversos tipos de prateleiras preenchidas por um conjunto de folhas a que denominamos de processos físicos. Outro aspecto são advogados carregando pastas e pastas ou apenas papel sulfite impresso com alguns pedidos, exigências para juízes a qual chamamos de petições. Demais atividades burocráticas como carimbar, envelopar e registrar manualmente as movimentações processuais desperdiça o tempo dos servidores, atrasa a solução de conflitos e emperra o poder Judiciário.

Em meio às dificuldades, juízes viram necessária a implantação do processo eletrônico que começou oficialmente em 2006. Foi no Expressinho do Metrô São Bento que o SAJ (Sistema de Automação da Justiça) mostrou que a tecnologia da informação daria celeridade à efetiva prestação da Justiça. Lançava-se o TJSP como exemplo a era digital e iniciava-se uma revolução tecnológica. No ano seguinte, em junho de 2007, o Tribunal de Justiça implantava o primeiro foro totalmente digital do Brasil: O Foro Regional Nossa Senhora do Ó, com competências Cíveis e de Família e Sucessões com todas as competências em fluxo eletrônico. Na época, 70% do tempo do processo era perdido com o transporte dos autos de um lado para outro. Contudo, os benefícios da

tramitação eletrônica logo apareceram: o chamado “tempo morto” -período em que o processo fica parado- praticamente acabou. Procedimentos como o da carga física dos processos, subida de petições do protocolo, realização da carga dos autos e juntada física dos documentos começavam a ser substituídos pela agilidade da tramitação eletrônica.

Porém, ainda é comum vermos processos físicos transitando burocraticamente e é evidente que a burocracia para os críticos é sinônimo de lucro. Um exemplo é a publicação de uma matéria feita pela Gazeta do Povo em Março 2018 fazendo uma relação do ano de 2016 que só no poder judiciário o Brasil desembolsou R\$ 85 bilhões de reais. A partir disso, surge o seguinte questionamento: Um dos três poderes que é mais bem pago pelo Estado por que ainda transita processos físicos em andamento? Por que os processos continuam indo e vindo de um lugar para outro diariamente? A justiça ainda não implantou 100% todos os processos na via digital?

4.3. Legislativo

Ao mesmo tempo em que se cobra mais rapidez do Judiciário no julgamento de ações engavetadas, como alguns inquéritos que se arrastam por mais de uma década e que poderiam complicar a vida de alguns políticos de renome; o Legislativo também parece não se preocupar com o cumprimento de prazos. Parlamentares que mal cumprem a carga horária, outros adiam a proposta a ser debatida e votada para a agilização de acordos. Mal a mal os representantes eleitos pelo povo brasileiro não abraçam firmemente o compromisso que tem com o Estado. Se o corpo legislativo não fosse corrompido, o mal seria remediável. Assim o legislativo tem e deve por direito ter a faculdade de examinar de que modo às leis que ele promulgou foram devidamente aplicadas e executadas. Evitando acima de tudo a demora e o uso da burocracia constante.

Portanto, a necessidade de desburocratizar o excesso de mal no Brasil é urgente. As medidas propostas passam por: simplificar e unificar os procedimentos e regulamentos, estabelecendo regras mais claras e objetivas, reduzindo entraves redundantes e os controles cruzados. Intensificar o uso dos meios eletrônicos para melhorar o acesso à informação, aumentar a disponibilidade, acessibilidade e rapidez dos serviços. O processo de desburocratização deve ser permanente, ter amplo alcance e

facilitar o relacionamento do Estado com os cidadãos e as empresas. O esforço deve ocorrer nas três esferas da administração pública e nos sistemas do legislativo, do judiciário e do tributário a fim de aumentar a eficiência do setor público, destravando o desenvolvimento econômico do país uma vez parado e perdido.

5. DESPERTANDO LEÕES- REVOLUÇÃO POLÍTICA INDUSTRIAL

O Brasil é considerado um país em desenvolvimento ou emergente? Apesar disso, a nação brasileira está quase um século atrasado no campo industrial e tecnológico. No entanto, um dos aspectos mais marcantes na Primeira Revolução é a transformação das relações de trabalho que passaram a aderir uma mão de obra remunerada que resultou no aumento de consumo de mercadorias. Vale lembrar o caso do Brasil que aboliu totalmente a mão escrava (um dos pilares da economia brasileira) em 1888 pela ação da Lei Áurea que resultou em um golpe de Estado pelos militares insatisfeitos com essa vitória marcante da liberdade dos negros tão pouco debatida.

Porém, após a queda da monarquia e as suscetíveis tentativas de governo, a vitória incerta e uma vez imposta através de outro Golpe de Estado pelo ditador Getúlio Vargas. Assim, iniciou-se um novo período político no Estado Brasileiro nos anos 1930 que resultou no processo de ruptura conhecido como “República Velha”- época lembrada como “Política do Café com Leite”. Nesse acordo, centros econômicos do país ditavam a ocupação da presidência. Enquanto São Paulo e sua agricultura cafeeira ocupava a presidência em um pleito, no próximo seria a vez de Minas Gerais representada pela economia do gado leiteiro. Minas Gerais e São Paulo, por serem neste momento os dois pólos econômicos do Brasil, forjavam as lideranças nacionais; mantendo, porém, acordos com outros estados para que essa dinâmica política e econômica não fosse quebrada. Esse grande pacto mantinha o controle político do Brasil nas mãos daqueles que controlavam também a economia. Assim, os interesses das classes dominantes estavam sempre em voga frente às classes menos privilegiadas. Porém, essa dinâmica política foi rompida com a Revolução de 1930, com a Era Vargas. Getúlio adotou uma política primária-exportadora tendo em foco: a cana-de-açúcar, o algodão, a borracha, o ouro e o renomado café além de outros produtos que compunham a pauta comercial brasileira.

A industrialização na era de Vargas passa a ser um fator de preocupação governamental incentivada e sistematizada, em seu primeiro momento, pelo Estado. A partir disso, a concentração de café estava localizada principalmente no eixo Rio-São Paulo que fez com que surgissem novas indústrias na região, destacando-se como a pioneira na industrialização nacional. Além do mais, o Brasil passou a ser um país atrativo com novos empregos em escala crescente trazendo imigrantes de diversas partes do globo. Getúlio também em seu período de governo, caracterizou-se sua forma administrativa pela nacionalização da economia, em que foi adotado o modelo de Substituição das Importações, criando as chamadas indústrias de base necessárias para o impulso de outros ramos industriais. Foram criadas neste período a Companhia Siderúrgica Nacional, importante centro de produção de aço, a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, empresa responsável pela exploração dos diversos minerais utilizados pelas indústrias e criou a Petrobrás, importante produtora de energia. Cabe lembrar, também, a sistematização da Consolidação das Leis Trabalhistas, necessárias para a organização das relações de trabalho que vinham sendo estabelecidas no país.

Sendo assim, o Brasil apenas progrediu com incentivos fiscais, investimentos constantes na área. É necessária a importância de colocar em pauta a redução de tributos para empresas do ramo privado incentivando tanto o setor primário (agricultura) quanto o setor secundário (industrial) e terciário (comércio); a criação de empresas estatais e certo período a venda ou o leilão dessas companhias como o caso do anúncio da privatização da Eletrobras (Empresa de energia elétrica) alavancando as suas ações em +50% na Bolsa de Valores de São Paulo; incentivos financeiros que a iniciativa privada não pode realizar; investimentos em ramos estratégicos e promover a atualização tecnológica dos produtores; e estabelecer parâmetros de desempenho das indústrias.

Por fim, o sucesso no progresso de crescimento econômico só será possível com a reforma e valorização da política brasileira, investimentos na infraestrutura nacional, a desburocratização das instituições públicas enfeitiçadas pela falta de dinâmica e agilidade e as políticas públicas revolucionárias em debates entre parlamentares e a participação popular como um Estado democrático garantido na Constituição do Brasil junto com um comitê especial de análise com precisão para um forma proveitosa de

fazer desta nação emergente, um país com integração econômica profunda e inovadora sustentável.

6. LATINOS UNIDOS- MOEDA ÚNICA NA AMÉRICA LATINA

No início do ano 2007, o presidente peruano Alan García apoiou a ideia da criação de um sistema único monetário que tem sido posteriormente repercutida e ganhado força entre os líderes latinos americanos inclusive o presidente boliviano Evo Morales em abril do mesmo ano, o qual propôs que a Unasul estabeleça uma moeda única chamada "Pacha" ("terra" em idioma quíchua), deixando claro que cada país faça a sua proposta para o nome da moeda, e que essa circule pelos países membros do bloco. O economista francês Thomas Piketty que se tornou figura de destaque internacional com seu livro "O Capital no século XXI" apoia também firmemente a criação de uma rede monetária única no continente do Sul tendo como exemplo de sucesso a União Europeia. No entanto, analistas entrevistados pelo BBC Brasil afirma que o Mercosul não está preparado para aderir esse tipo de sistema pelos motivos claros que são a autocorrupção e a má administração pública em demais países latino-americanos como o caso da Venezuela, perdida em um governo autoritário; Argentina retida por compulsivas recessões pela péssima política econômica elevando juros e desvalorizando sua moeda oficial (peso).

Mas, a questão ainda não foi descartada. Vale lembrar que para a União Europeia ser forte como ela é hoje, levou-se décadas de planejamentos intensivos e análises. Assim, talvez seja possível a criação de uma moeda única do Sul que possa alavancar as economias tanto da nação brasileira como das nações-estados. Porém, é necessário que os países latinos americanos sejam mais unidos, principalmente o Brasil, umas das nações fundadoras do Mercosul. Outro aspecto é o crescimento das exportações, especialização do comércio comum entre as regiões latinas, fácil locomoção de pessoas entre os estados soberanos favorecendo a mão de obra, taxa de juros estabelecida em todas as nações e um sistema monetário que controle as inflações dos demais países que certamente alguns ultrapassam a casa dos 46.000% caso novamente da Venezuela (8 de julho de 2018- G1.com). Outra proposta também possível tanto para o bloco quanto para o Brasil para um rápido crescimento econômico é fazer das taxas de juros cada vez menores através de pequenos períodos do uso da

deflação; e investimentos para rápida evolução industrial. Por fim, somente será possível fazer um bloco econômico eficaz que dê passos largos e gigantes rumo ao progresso se caso os líderes de cada nação renunciasse suas vontades individuais e servirem suas vidas para um bem maior como a vontade geral, o grande desejo do povo latino americano que clama por estabilidade social e financeira.

Conclusões finais

Ao longo deste trabalho obtive conhecimentos amplos sobre economia com um tema tão abrangente e complexo de ser estudado. As realizações sólidas dos assuntos expostos e propostas compartilhadas somente serão alcançadas se caso todos ou o corpo político dos líderes representativos abandonassem seus interesses individuais para servir numa liderança mais servidora e voltada para o bem público e conservando sempre nosso regime político democrático. Outro aspecto que contribuirá futuramente para a concretização de todas as ideias mencionadas acima é a expansão da rede educacional, trazer melhorias eficientes e efetivas; pois para ser um homem de bem (um cidadão que tem o compromisso com o país) é preciso ter intenção de sê-lo e amar o Estado mais que si mesmo ou por interesse próprio. E é através da educação que inicia, de alguma forma, quando se participa da vida real. Contudo, é a partir daqui que a escola; essa mestra universal deve por toda parte, nos orientar e nos guiar para a prosperidade; repudiando a corrupção tentadora.

Tudo dependente, então, de estabelecer esse amor na República, e é para inspirar a população consciente que a educação deve estar muito atenta e atualizada, acompanhando os mesmos ritmos de crescimento econômico tanto nacional como global. Além do mais, não é a nova geração que degenera com as novas ideais e a dinâmica: esta não se perde senão os homens maduros já corrompidos pelas ações velhas e atos individualistas. Assim, filósofos tal como Montesquieu e Jean Jacques Rousseau alertam e nos aconselham para buscarmos o progresso perpétuo sempre na integridade, na virtude, na honra, na ética-moral, na honestidade e; conseqüentemente, na verdade plena de uma estabilidade sempre presente na economia brasileira e mundial.

“O homem nasce livre e bom, mas por toda a parte encontra-se acorrentado e corrompido pela sociedade.”- Jean Jacques Rousseau e Montesquieu

7. Referências bibliográficas

LIVROS

Tradutor: ROSA, Carlos Mendes. **O Livro da Economia**. 1ª Edição. São Paulo. Globo, 2013.

GOMES, Laurentino. **1808**. 1ª Edição. São Paulo. Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. **1822**. 1ª Edição. São Paulo. Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **1889**. 1ª Edição. São Paulo. Globo Livros, 2013.

ROUSSEAU, Jean- Jacques; tradução: Antônio P. Machado, **O Contrato Social**. 19ª Edição. Rio de Janeiro. Ediouro Publicações, 1999.

PIKETTY, Thomas; Tradução: Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. **O Segredo dos Ricos**. 1ª Edição. São Paulo. Veneta, 2014.

VAROUFAKIS, Yanis; Tradução: Maria Andréa e Paulo Ramos. **Conversando sobre Economia com a Minha Filha**. 1ª Edição. São Paulo. Planeta do Brasil, 2015.

MONTESQUIEU; Tradução: Jean Melville. **Do Espírito das Leis**. 1ª Edição, 1748. São Paulo. Editora Martin CLaret, primavera de 2007.

INTERNET

TREVIZAN, Karina. **Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml> > Acesso em: 25 de Jul de 2018.

EDITORIA: Estatísticas Econômicas. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões**. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes.html> > Acesso em: 25 de Jul de 2018.

PORTAL BRASIL, com informações do Banco Central. **Mercado reduz estimativa de inflação em 2017 e 2018**. Disponível em:<

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/09/mercado-reduz-estimativa-de-inflacao-em-2017-e-2018> >. Acesso em: 25 de Jul de 2018.

MINISTÉRIO, Transparência e Controladoria- Geral da União. **Despesas Públicas**. Disponível em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/origem-dos-dados> > . Acesso em, 26 de Jul de 2018.

Alvarenga, Darlan. **PEC 241- um teto para os gastos públicos**. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/pec241-umteto-para-os-gastos-pblicos/> > Acesso em: 26 de Jul de 2018

ACESSO, informação- Câmara dos Deputados. **Perguntas Frequentes, quanta ganha um deputado federal de acordo com a legislação**. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/transparencia/aceso-a-informacao/copy_of_perguntas-frequentes/deputados#subsidio >. Acesso em: 26 de Jul de 2018.

D'AGOSTINO, Rosanne. **Excesso de partidos é prejudicial à democracia, dizem especialistas**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/excesso-de-partidos-e-prejudicial-democracia-dizem-especialistas.html> >. Acesso em: 27 de Jul de 2018.

SILVA, Júlio César Lázaro. **A estratégia brasileira de privilegiar as rodovias em detrimento das ferrovias**. Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/por-que-brasil-adotou-utilizacao-das-rodovias-ao-inves-.htm> >. Acesso em, 28 de Jul de 2018.

GEEKIE, games. **Matriz brasileira de Transportes**. Disponível em: < <https://geekiegames.geekie.com.br/login> > Acesso em: 28 de Jul de 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **François Perroux e a Teoria dos polos industriais**. Disponível em: François Perroux. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_Perroux >. Acesso em 28 de Jul de 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Hyman Minsky**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hyman_Minsky>. Acesso em: 28 de Jul de 2018.

WOLKE, Verene- Da Agência CNI de Notícias. **77% dos brasileiros dizem que excesso de burocracia prejudica o crescimento econômico.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2015/07/77-dos-brasileiros-dizem-que-excesso-de-burocracia-prejudica-o-crescimento-economico/>>. Acesso em: 29 de Jul de 2018.

EDITORIAL, Progresso. **Burocracia legislativa.** Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/noticias/burocracia-legislativa/330606/>>. Acesso em: 29 de Jul de 2018.

TRIBUNAL, Justiça de São Paulo. **100% DIGITAL.** Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/CemPorCentoDigital/>>. Acesso em: 29 de Jul de 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Moeda única sul-americana.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_%C3%BAnica_sul-americana>. Acesso em: 01 de Ago de 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Mercado Comum do Sul.** Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul>. Acesso em: 01 de Ago de 2018.

CALEIRO, João Pedro. **Piketty defende debate de moeda única para América Latina.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/piketty-defende-debate-de-moeda-unica-para-america-latina/>>. Acesso em: 01 de Ago de 2018.

ABBOTT, Maria Luiza. **Mercosul não está pronto para moeda única, dizem analistas.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/economia/030508_moedamla.shtm>. Acesso em: 02 de Ago de 2018.

UOL, com informações do Banco Mundial. **Brasil é 7ª maior economia, e China deve passar EUA logo, diz Banco Mundial.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>>. Acesso em: 25 de Jul de 2018.